



JUSTIFICATIVA

O projeto de lei se justifica pois o "Miss Brasil Gay" acontece em Juiz de Fora a mais de 40 anos, trazendo muita beleza, cultura, atividades musicais, artísticas, além de ser um grande propulsor do turismo e economia local.

O concurso Miss Brasil Gay é um dos mais importantes eventos relacionados a arte do transformismo no Brasil, que completou esse ano sua quadragésima primeira edição, consolidando-se mais uma vez como destino turístico e reacendendo na cidade de Juiz de Fora o debate sobre diversidade e combate ao preconceito.

Descrever o concurso Miss Brasil Gay no cenário atual e sua mobilização nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, certamente difere muito de suas origens. Sua transformação nos leva a um evento que surgiu em 1976, da profissionalização de uma brincadeira de amigos homossexuais, que movimentou Juiz de Fora na quadra da Escola de Samba Juventude Imperial, e mais de 40 anos depois, o concurso tem sua forma de expressão reconhecida como Patrimônio Imaterial de Juiz de Fora, buscando firmar-se cada vez mais na relevância no cenário nacional.

Para compreender a abrangência do concurso, o primeiro cenário a ser desenhado tem como ponto de partida o despertar do movimento homossexual brasileiro no final dos anos 60, nascido no contexto da ditadura militar. Nesse momento a contracultura, movimento contestatório que focou principalmente nas transformações da consciência, promoveu uma mudança nas artes, na música e no comportamento da sociedade. Além da contestação política, a contracultura promoveu uma ruptura com o comportamento sexual tradicional, normalizando as manifestações homossexuais, encaradas com a naturalidade e a espontaneidade do desejo de se experimentar diferentes sensações.

Nesse período, a grande imprensa brasileira, ligada a grandes empresários, conviveu com a arbitrariedade da censura até os limites dos interesses de seus proprietários. Ao mesmo tempo, havia a imprensa alternativa, que se destaca como um importante meio de comunicação ligado a oposição ao regime, responsável pela denúncia às torturas, às violações dos direitos humanos, além de uma postura crítica sobre o modelo econômico do governo. Esse tipo de jornal em sua grande maioria circulava em um tamanho tabloide, e sua circulação era muito mais restrita, porém seu conteúdo permitiu a circulação de ideias e marcou toda uma geração.

Dentre os vários alternativos que circularam no período, o Lâmpião da esquina representou o primeiro periódico voltado para os homossexuais que, desde seu primeiro exemplar, destaca um conteúdo que demonstra claramente a função política que caracterizará o jornal durante sua existência, apresentando os temas polêmicos de sua época, sob a ótica da contracultura e da imprensa alternativa. A capa da edição experimental destaca uma reportagem escrita por João Silvério Trevisan sobre o processo movido contra Celso Curi em função da Coluna do Meio, questionando quais seriam as definições de "moral e bons costumes" presentes em algumas leis.

Para além da imprensa alternativa, na grande imprensa brasileira o tema da diversidade sexual certamente não abordava a comunidade gay da mesma maneira. Os gays eram apresentados principalmente com associação à violência ou a sátira de alguma figura pública. Na década de 1970, em alguns poucos casos, esse quadro vai sofrer mudanças: um dos exemplos mais consideráveis da presença da identidade gay na grande imprensa foi a "Coluna do Meio" escrita a partir de 5 de fevereiro de 1976, pelo jornalista Celso Curi no jornal Última Hora de São Paulo. Divertida e bem-



humorada, trazia notícias sobre personalidades gays famosas do Brasil e do mundo, noticiava os bares e boates frequentados por "entendidos" no Rio de Janeiro e em São Paulo, além do Correio Elegante, destinado ao contato dos leitores. A Coluna do Meio impulsionou a distribuição do Última Hora e tornou-se um importante meio de contato entre gays de várias partes do Brasil, tornando Celso Curi uma celebridade na subcultura gay do Rio de Janeiro e São Paulo.

Levando o contexto do movimento homossexual brasileiro para a cidade de Juiz de Fora, retomamos a afirmação de que o concurso é resultado de um processo, não de um processo de aceitação social, mas da reivindicação por espaço de uma classe que desde a década de 1970 se posicionou em relação ao direito de manifestar-se livremente em relação a suas identidades.

O concurso Miss Gay não surge como manifestação política, mas como uma manifestação descontraída de um grupo de amigos, idealizada por Francisco Motta, que visava angariar fundos para o GRES Juventude Imperial e tornou-se tradição desde então. Os concursos de beleza tão característicos dos anos 70 e 80 certamente são as grandes inspirações para a idealização do concurso, e antes de ser aberto ao público, ocorriam em locais fechados, principalmente na casa de amigos. Francisco Motta, o coordenador do evento, que durante a festa de apresenta sob o nome de Mademoiselle Debret Le Blanc, também é um dos jurados, e na passarela acontecem apresentações de shows musicais, performances de drag queens, entre outros elementos típicos da cena gay, além dos shows, as candidatas desfilam representando seus estados em trajés típicos e de gala.

Com o passar dos anos, o evento tomou grandes proporções, sendo sempre veiculado na imprensa local como um espetáculo de beleza, e como o maior evento turístico do município. O processo de profissionalização do concurso trouxe cada vez mais convidados à cidade, e sua visibilidade cada vez mais reconhecida em todo país, proporcionou que a essência do evento fosse copiada em diversos estados, que passaram a enviar suas próprias concorrentes, através de concursos regionais por onde atualmente se tem acesso ao concurso nacional.

Em relação a sua visibilidade, a imprensa local esteve presente em todas as edições do evento, e através de sua representação no imaginário popular, é possível perceber uma "normalidade" em relação a sua execução, que na segunda edição é retratada com traços de exóticos e com uma abordagem completamente diferente das questões de gênero tão latentes nos dias atuais, a exemplo, uma nota do Jornal de Minas de 13 de agosto de 1978 em que destaca a primeira miss eleita Soraia Jordão, seguida de seu nome de registro, numa matéria que destaca a realização do concurso gay de Juiz de Fora, que contava com arquibancadas lotadas, muito policiamento, e as 24 participantes (travestis).

A cobertura do jornal Tribuna da Tarde, de 15 de agosto de 1992, destaca o concurso através das colunas sociais, mas também enfatiza os aspectos econômicos, colocando o "maior evento turístico da cidade", ressaltando seu impacto na rede hoteleira, ao mesmo tempo que reforça seu caráter de espetáculo e arte, mostrando que em meados dos anos 90 o evento era bastante significativo para a cidade, com a presença de artistas reconhecidos nacionalmente, fazendo parte do cotidiano da população. Nesse momento o público LGBTQIAPN+ de Juiz de Fora se destaca como um público mais ativo em relação a busca por visibilidade e vários desdobramentos tornam a cidade um destino popularmente conhecido entre LGBTQIAPN+.

Em 1998 é realizada a primeira edição do Rainbow Fest, evento voltado ao público homossexual com palestras, teatro, exposições, cinema, além de várias festas durante uma semana. No ano 2000 surge na cidade a primeira organização não-governamental do estado voltada para a valorização dos direitos e luta pela cidadania da população LGBT. O Movimento Gay de Minas -



MGM foi responsável pelo Raibow Fest e pela parada do orgulho LGBT, realizada no município entre 2003 e 2015, que já reuniu 120 mil pessoas em 2006. Ambos os eventos ocorriam no mês de agosto, no mesmo período do Miss Brasil Gay, tornando a semana convidativa ao recebimento do público LGBT. Outro fator correlato é a sanção da Lei 9.791 em 12 de maio de 2000, popularmente conhecida como "Lei Rosa", que pune práticas discriminatórias tomadas contra o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero.

Todo este cenário evidencia uma participação ativa da comunidade LGBTQIAPN+ na vida cultural de Juiz de Fora que, para além de uma "agenda gay", teve sempre um papel de destaque nos eventos tradicionais do município, como o carnaval, da qual também é uma importante protagonista.

Um dos reconhecimentos a essa relevância foi o registro do concurso como bem imaterial do município, que culminou com a edição do decreto 9.275 de 14 de agosto de 2007, que ressalta sua importância histórica, além de destacar Juiz de Fora uma "cidade livre de preconceitos" e, no ano seguinte, o organizador e idealizador do evento, Francisco Motta, recebeu o Prêmio Amigo do Patrimônio, instituído por lei municipal, que reconhece ações em prol da preservação do Patrimônio na cidade.

O concurso Miss Brasil Gay já foi sediado em diversos locais da cidade, como a sede do Sport Club, local por onde permaneceu por mais de uma década, além do Cine Teatro Central, tombado como patrimônio nacional, que recebe grandes espetáculos. Ao refletir sobre a trajetória do Concurso Miss Brasil Gay, percebemos que o evento contribuiu com a comunidade local, na medida em que proporcionou aos gays um local de visibilidade e um ponto de referência, que no processo de profissionalização, deixou de ser um evento entre amigos e tornou-se parte da identidade do município, envolvendo um público cada vez maior. Com seu crescimento, é possível perceber que o processo de nacionalização do concurso contribuiu com a comunidade LGBTQIAPN+ em uma escala maior, em que a cidade tornou-se um ponto de encontro de pessoas de todo o país que vem apreciar o concurso.

O registro do Miss Brasil Gay possui mais de uma década, e seu decreto afirmar que Juiz de Fora é uma cidade livre de preconceitos, não garante que a comunidade LGBTQIAPN+ de Juiz de Fora lide com questões como a homofobia e transfobia de um modo diferente do resto do Brasil. Entretanto, o concurso garante um espaço único onde o público em geral tem acesso a um conteúdo típico da "cena gay".

Embora seja consenso que o Miss Brasil Gay movimente a economia local, nos anos de 2014, 2015 e 2016 o evento não ocorreu em função da falta de recursos, demonstrando que a ausência de patrocínio é um dos fatores importantes para a realização do evento. Por outro lado, a participação do poder público também precisa ser garantida de modo mais efetivo, e não obstante o concurso seja registrado e conte com o apoio do Município, este não possui instituído mecanismos como o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural, mecanismo capaz de auxiliar os bens tombados e registrados no processo de salvaguarda através dos tempos.

Durante os anos em que o evento não ocorreu, a última miss eleita, Sheila Veríssimo, continuou em turnê em todo o país levando a marca do evento e mantendo viva sua identidade. Desde 2017, o evento vem sendo sediado no Espaço Terazzo, onde busca novamente se consolidar como manifestação cultural de grande importância para Juiz de Fora e para o Brasil, vivendo novos contextos e em busca de novos desafios, contando com transmissão ao vivo pela internet, que em 2018, 2019, 2022 e 2023, atingiu cerca de 150 mil expectadores cada ano além de nomes consagrados que ajudaram a manter essa cultura viva como Pablo Vittar, Gloria Groove, Lexa, a



bailarina Ana Botafogo, Marcelo Misailidis (Primeiro bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro), Michele X entre outras celebridades nas últimas duas edições.

No momento atual, no qual o município não possui a parada do orgulho LGBTQIAPN+, uma nova iniciativa surge através da Universidade Federal de Juiz de Fora, que é a Semana Rainbow da UFJF, organizada pelo curso de Turismo, e busca debater através de arte, cultura, turismo e economia, quais os melhores caminhos para a comunidade LGBTQIAPN+, tendo um evento cada vez mais globalizado, sediado no município, e como seu legado pode contribuir na construção de uma sociedade mais justa e de fato livre de preconceitos.

Assim, é que pedimos o apoio dos nobres vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto que é de fundamental importância para o município de Juiz de Fora.

Palácio Barbosa Lima, 27 de outubro de 2023.



Aparecida de Oliveira Pinto
Vereador Cida Oliveira - PT

